

Cadeias de Valor de plantas medicinais e de produtos da sociobiodiversidade: o desafio da inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais nos biomas brasileiros¹.

Joseane Carvalho Costa – Unirio

Regina de Abreu Nunes – Unirio

Palavras-chave: ArtriculaFito – Bens Simbólicos – Políticas Públicas

1. RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar o levantamento das economias simbólicas a serem identificadas em 31 empreendimentos de povos e comunidades tradicionais mapeados pelo projeto Articulafito, com vistas a produzir subsídios que possam orientar a formulação de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva, tendo em vista os bens materiais e imateriais envolvidos nesses processos produtivos.

2. INTRODUÇÃO

O projeto Cadeias de Valor de plantas medicinais e de produtos da sociobiodiversidade (ArticulaFito), fruto de uma parceria estabelecida entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Fundação Oswaldo Cruz, desde 2015, tem por objetivo a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais, detentores de saberes e práticas ancestrais de cuidado, produção e reprodução da vida por meio das plantas medicinais e dos produtos da sociobiodiversidade nos territórios.

Desde o início do projeto, até hoje, foram mapeados 31 empreendimentos de povos e comunidades tradicionais, que tinham como base plantas medicinais e produtos da sociobiodiversidade, com finalidades terapêuticas, cosméticas e alimentícias, em quatro biomas brasileiros (Costa *et al.*, 2021). A partir de metodologia específica (Oliveira, E., 2023), com enfoques econômico, social, cultural, de gênero e juventude, foi possível verificar que o conjunto de fragilidades e desafios eram superiores às potencialidades identificadas pelos participantes, constituídos, em sua grande maioria, por mulheres rurais assentadas, quilombolas e indígenas.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano 2024)

Detentoras de grande capital simbólico acerca das plantas medicinais e da sociobiodiversidade, essas mulheres compartilham seus saberes com suas comunidades e entorno, realizando rezas, benzeções, desenvolvendo formulações como garrafadas e, garantindo a soberania alimentar pelo conhecimento dos produtos da sociobiodiversidade, como a castanha-do-Brasil, de alto valor nutricional e de grande benefício à saúde humana (Volpi *et al.* 2021).

Trata-se, portanto, de uma forma de enraizamento social concreto, por meio da cultura e da arte, e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência ao economicismo, aos modelos hegemônicos de apropriação, definido, então como incapacidade de captar essas diferenças entre os interesses e os bens, e de explicitar as diferentes lógicas que se aplicam aos bens conforme pertençam, ou não, ao mundo do simbólico. Essas singularidades, são bens cujas modalidades de comercialização são específicas, ao ponto de supor modos de funcionamento mercantes totalmente diferentes dos que a teoria econômica supõe (Bourdieu, 2007).

No entanto, a relação a relação homem-natureza, em especial no século XXI, dominada pela biotecnologia, voltada à manipulação e modificação da vida, com desenvolvimento de novos produtos, atrelados a legislações draconianas que garantem a exclusividade dessas inovações, por meio de patentes, para as grandes corporações industriais, atualizando, assim, o modelo colonialista de exploração da natureza e, a consequente exclusão de povos e comunidades tradicionais, por não conseguirem se adequar às exigências impostas por este modelo (Santos Filho, 2010).

A formulação de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais, nos permite resgatar o elo perdido da proteção social, e no atual contexto, exigem um repertório variado de intervenções por parte do poder público, uma vez que estamos diante de fenômenos complexos multidimensionais (Silva, 2020).

Nesse sentido, uma política social pode ser vista tanto como uma atividade-fim, que visa assegurar condições dignas de sobrevivência, quanto como uma atividade-meio, preparando a população para enfrentar os riscos inerentes à vida coletiva, e sua necessidade será tanto maior quanto mais pobres e desiguais forem as sociedades (Silva, 2020).

3. OBJETIVOS

3.1. Geral:

Apresentar os resultados do projeto ArticulaFito, discutindo as economias simbólicas dos processos produtivos de povos e comunidades tradicionais.

3.2. Específicos:

3.2.1. Compreender as dimensões simbólicas (econômica, social, ambiental, cultural) intrínsecas aos empreendimentos mapeados

3.2.2. Produzir subsídios para a orientação e formulação de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva, tendo em vista os bens materiais e imateriais envolvidos nos empreendimentos mapeados pelo projeto ArticulaFito;

4. METODOLOGIA

Abordagem etnográfica com métodos de coleta variados, incluindo: observação participante e entrevista com informantes. Entretanto, além destes, outros métodos poderão ser usados, tendo em vista a tradicional separação entre natureza e cultura que por muitos anos balizou a pesquisa antropológica deveria ceder lugar a uma proposta heurística de simetria epistemológica entre os campos das chamadas ciências da natureza e das ciências sociais. Devido à alta complexidade que fenômenos contemporâneos expressam, sobretudo causados pela crescente interferência humana na natureza, seria necessário que pesquisadores de diferentes campos do conhecimento se apropriassem de novos conceitos e novas perspectivas de observação. Little não propõe suprimir os contornos disciplinares, mas realçar os estudos colaborativos entre antropologia, biologia, botânica, entre outras áreas disciplinares, como é o caso deste estudo.

5. RESULTADOS

As entrevistas e os questionários serão transcritos, sistematizados e analisados em uma perspectiva multidimensional, levando-se em conta os padrões culturais, sociais, ambientais, de gênero e juventude, com o intuito de traçar os campos simbólicos envolvidos nos processos produtivos mapeados pelo projeto ArticulaFito.

6. DISCUSSÃO

O presente projeto se propõem a tomar como foco de reflexão um fenômeno complexo que envolve aspectos tanto do âmbito da natureza quanto do âmbito da cultura, com variáveis econômicas e políticas que extrapolam dimensões locais, sofrendo as vicissitudes de contextos globalizados. Diversos autores sinalizam para a vertiginosa aceleração do processo de globalização e a crescente gravidade da crise ambiental no plano mundial. Além disso, a interferência dos seres humanos na natureza vem se processando em escala crescente, o que gerou muitos debates sobre a possível obsolescência de ferramentas teóricas e metodológicas dos diferentes campos do conhecimento, impactando conceitos como o de natureza e cultura. Bruno Latour (2004) propõe pensar de forma simétrica os “coletivos” compostos de “humanos e não humanos”. A formulação de Little nos pareceu produtiva para nossa pesquisa, assumindo uma perspectiva transdisciplinar para a observação de fenômenos complexos que envolvem a interpenetração de natureza e cultura, com a interveniência de projetos políticos e acordos internacionais que balizam as ações de governos, agências, pesquisadores e populações tradicionais.

Do ponto de vista antropológico, enfatizamos que o conceito de conflito vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que muitas vezes não são claramente explicitados por outras abordagens epistêmicas. Além disso, os instrumentais antropológicos, permitem perceber conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, uma vez que certos grupos sociais, encontram-se subalternizados e com pouca visibilidade nos agenciamentos estatais e políticos.

7. REFERÊNCIAS

- Costa, J.C.; Levy, I.; Diniz B. (2021). Relatório Consolidado - Articulafito. Cadeias de Valor em Plantas Medicinais: Mapeamento e Diagnóstico da Base Produtiva Nacional. Fiocruz, 2021.
- Santos Filho, S. M. (2010). Propriedade intelectual na relação sociedade-natureza: apropriação de conhecimentos oriundos de comunidades que utilizam práticas

tradicionais relativas a plantas medicinais. *Dissertação* (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

Silva, S. P. Políticas de Inclusão Produtiva: o “elo perdido” da proteção social? (2020). Políticas Sociais: acompanhamento e análise. n. 27. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10284/1/BPS_27_nps_politicas_de_inclusao.pdf

Silva, S. P. (2020). Dimensões analíticas do conceito de inclusão produtiva para fins de política social: uma revisão bibliométrica.

Oliveira, E.; Nunes, N.L.A.; Costa, J.C (2023). Biodiversidade e saúde: priorizando ações para inclusão produtiva, desenvolvimento territorial e conservação ambiental. Ciência e Saúde coletiva. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/biodiversidade-e-saude-priorizando-acoes-para-inclusao-produtiva-desenvolvimento-territorial-e-conservacao-ambiental/18815?id=18815>

Volpi, A. C. P; Sanchanari Jr, A. C.; Takeuchi, K. P.; Sanchanari, L. G. R.; Egea, M. B. (2021) A castanha-do-Brasil e sus benefícios à saúde humana. *Portal e-food*. Disponível em: <https://portalefood.com.br/artigos/a-castanha-do-brasil-e-seus-beneficios-a-saude-humana/>

Bourdieu, P (2007). Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: A economia das trocas simbólicas. Org. Sergio Miceli – São Paulo. Perspectiva, 2007. Coleção estudos).

Nunes, N. L; Abreu, R.; Costa, J.C. (2023) Alimentando a Tradição e valorizando o conhecimento tradicional na Amazônia: o caso da castanha-da-Amazônia na Terra Indígena Mãe Maria. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 29, n. 66

Latour, B. (2004). Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. Tradução de C. A. Mota de Souza. São Paulo: Edusc, 2004.